

2022



PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ÊXITO DOS ESTUDANTES.

Sheila da Silva Borges, Universidade Católica de Brasília, sscheilaa@gmail.com

Resumo.

Este artigo é resultado de uma pesquisa que teve como objeto a permanência dos estudantes de Ensino Superior da modalidade EaD. Este trabalho também está vinculado à linha de pesquisa Educação, Tecnologia e Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (PPGE/UCB) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas: Políticas Públicas Educacionais no âmbito da educação básica, que tratam sobre o estudo de políticas públicas educacionais, bem como ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologias Digitais, Internacionalização e Permanência Estudantil (GeTIPE) que tem por objetivo desenvolver e socializar o conhecimento sobre as tecnologias digitais, a internacionalização e a permanência estudantil e suas intersecções com a educação básica e superior. O objetivo da pesquisa realizada foi analisar os fatores que contribuem para a permanência dos estudantes do curso de Pedagogia na modalidade EaD de uma Instituição de Ensino Superior privada do Distrito Federal. Os objetivos específicos dessa pesquisa partiram da necessidade de contextualizar o crescimento da oferta de cursos na modalidade EaD no Brasil, logo após, buscamos identificar o perfil dos estudantes matriculados no último ano do curso e por fim, identificar quais os fatores contribuem para a permanência dos estudantes no curso de Pedagogia ofertado na modalidade EaD. Atrelado à discussão das políticas públicas educacionais e à ampliação da oferta de cursos na modalidade EaD, vivemos em uma sociedade na qual as mudanças tecnológicas, econômicas e de negócios proporcionam diversas oportunidades, e ao mesmo tempo muitos desafios, o que, consequentemente, afeta diretamente o setor educacional e as políticas voltadas para o crescimento e acesso aos programas governamentais direcionados à educação. É nesse contexto de crescimento do uso das tecnologias na educação que, segundo o Censo do Ensino Superior de 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o ensino presencial teve queda nas matrículas e a EaD registrou um grande crescimento, para mais de um milhão. Diante desse contexto de crescimento expressivo da EaD, percebe-se também o crescimento no número de estudantes que não concluíram os seus cursos. O que não se trata de um problema exclusivo dessa modalidade de educação em questão, e que tem sido motivo de muitas pesquisas acadêmicas, no sentido de compreender quais são os fatores que determinam a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação. Por meio de uma abordagem qualitativa foi possível apresentar um quadro geral sobre o tema estudado, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, análise documental e empírica bem como a quantificação dos dados coletados com o intuito de compreendê-los e mensurá-los numericamente, além da realização da análise de conteúdo como previsto por Bardin (2016), utilizamos como instrumento para a coleta de dados um questionário on-line disponibilizado aos estudantes, da mesma maneira que foi realizada uma entrevista com os docentes do curso. A fundamentação teórica esteve ancorada em autores como a profa. Pricila Kohls dos Santos, Vicent Tinto e José Moran. Os resultados

2022



da pesquisa indicam que, para além da gestão da instituição, da qualidade do curso, da prática docente e da dedicação do estudante, o que mais contribuiu para a permanência desse grupo de estudantes foi a necessidade de terminarem o curso para melhorarem a sua renda salarial e sua realidade social.

Palavras-chave: Educação a Distância; Permanência; Ensino Superior.

1. Introdução

O Objetivo desse artigo é demonstrar os resultados alcançados pela dissertação de mestrado para obtenção do título de Mestre em Educação, que teve como finalidade analisar os fatores que contribuem para a permanência dos estudantes do curso de Pedagogia na modalidade EaD de uma IES privada do Distrito Federal. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996, lei que estabelece as regras que devem ser seguidas em todos os níveis e modalidades de ensino, sejam em escolas públicas ou privadas. A LDB nº 9394/1996 constitui-se a principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas educacionais, que no avanço dos anos foram reformuladas até o modelo atual datado de 1996, que sofreram alterações de acordo com o contexto social, econômico e político e os governos vigentes: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências e a atual, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com a LDB nº 9394/1996, a organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil estão divididas em dois níveis: educação básica e ensino superior. A educação básica constitui-se de ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio e a educação superior está dividida em duas modalidades: presencial e a distância. No que diz respeito à Educação a Distância, a LDB nº 9394/1996 deixa claro em seu artigo 80 que os governos incentivarão a promoção da educação a distância quando diz: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Ainda temos o PNE - Plano Nacional de Educação (2014-2024), que por sua vez determina diretrizes, estratégias e metas para a política educacional por um determinado período. Atualmente, o PNE compreende o período de 2014 a 2024, em que foram estabelecidas 10 diretrizes e 20 metas para serem concluídas no decorrer dos seus dez anos de vigência. Sobre a EaD o PNE - Plano Nacional de Educação em suas versões também demonstrava a importância da EaD no cenário educacional, como oportunidade e recurso para o aumento da oferta do ensino, uma vez que a EaD permite a expansão da educação em localidades até então não alcançadas pela educação presencial, além de promover uma baixa nos custos operacionais e administrativos, bem como mensalidades mais acessíveis no âmbito privado. No PNE (2014 – 2024) a EaD é tratada de forma indireta, quando em sua meta de número 12 pretende: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”. Arelado à discussão das políticas públicas educacionais e à ampliação da oferta de cursos na modalidade EaD, vivemos em uma sociedade na qual as mudanças tecnológicas, econômicas e de negócios proporcionam diversas oportunidades, e ao mesmo tempo muitos desafios, o que, consequentemente, afeta diretamente o setor educacional e as políticas voltadas para o crescimento e acesso aos programas governamentais direcionados à educação. Nesse sentido é perceptível que a

2022



influência da tecnologia desencadeou um processo interativo e avançado na educação, com distintas maneiras de se aprender, métodos e elementos componentes de uma farta produção de conhecimentos. Por isso, as práticas pedagógicas utilizadas na educação a distância precisam levar em conta as tecnologias existentes e oferecer as práticas de educação mais adequadas para o aprendizado. (MENDONÇA, 2014, p.35). Segundo Lévy (1999, p.57), o uso de meios de comunicação e informação nas práticas pedagógicas é um recurso indispensável para aproximar o desenvolvimento das competências dos estudantes às dinâmicas do mundo contemporâneo. É nesse contexto de crescimento do uso das tecnologias na educação que, segundo o Censo do Ensino Superior de 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o ensino presencial teve queda nas matrículas e a EaD registrou um grande crescimento, para mais de um milhão, resultando um crescimento de 378 % de estudantes que optaram por cursos EaD. Ainda segundo o Censo do Ensino Superior de 2019, 50,7% (1.559.725) dos estudantes de instituições privadas escolheram o ensino à distância e 49,3% (1.514.302) o presencial. Diante desse crescimento expressivo da EaD, percebe-se também o crescimento no número de estudantes que não concluíram os seus cursos, como demonstra o Censo EAD.BR da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) em seu relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil em 2019-2020. O que não se trata de um problema exclusivo dessa modalidade de educação em questão, e que tem sido motivo de muitas pesquisas acadêmicas, no sentido de compreender quais são os fatores que determinam a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação, ou seja, o foco dessas pesquisas se concentra em descobrir como estimular os estudantes a permanecerem em seus cursos até concluí-los com sucesso (CARMO, 2016, p. 63). No que diz respeito à permanência, nos referimos à continuidade dos estudantes no curso até sua conclusão, além da sua trajetória na instituição educacional a qual está matriculado, bem como à sua transformação no período em que esteve nela (SANTOS, 2009, p.69). Também, como citado pela Profa. Pricila Kohls em seu livro *Permanência na Educação Superior: desafios e perspectivas*, “a permanência visa acompanhar o estudante enquanto está presente e matriculado na instituição para que, em última análise, a evasão não ocorra.” (SANTOS, 2020, p. 25), buscando sempre entender quais são os desejos dos estudantes a fim de promover a permanência. Logo, não foi pretensão desta pesquisa tratar da evasão, como muitas pesquisas o fazem, e sim tratar da permanência em seu aspecto “preventivo e propositivo” (SANTOS, 2020, p. 67). Para Tinto apud Santos (1987, 2020), a permanência vai além do ingresso do estudante e a renovação de sua matrícula a cada semestre tem a ver com a vivência do estudante durante o seu percurso estudantil e suas relações estabelecidas na instituição. No que tange à permanência em cursos de educação a distância, é preciso se relacionar permanentemente com o estudante e não apenas disponibilizar conteúdos, “mas também orientá-lo na resolução de diferentes problemas inerentes a sua vida acadêmica.” (ARETIO apud SANTOS, 2020, p. 149), também se faz necessário diferenciar entre a desistência do estudante após realizar alguma atividade e a desistência quando o estudante apenas faz a sua matrícula, mas não realiza e nem participa de nenhuma atividade proposta pela IES. Nesse sentido, a pesquisa foi estruturada em três capítulos: No primeiro capítulo, tratamos da contextualização da Educação a Distância, no segundo capítulo, conceituamos a permanência, e no terceiro capítulo, realizamos a análise dos dados, bem como indicamos a metodologia utilizada para se alcançar os resultados.

2022



2. Resultados

Levando em consideração que um dos objetivos da pesquisa era contextualizar o crescimento da oferta de cursos na modalidade EaD no Brasil, identificamos que o crescimento da oferta de cursos na modalidade EaD no Brasil, tem sido gradual ano após ano, de maneira que em poucos anos teremos a mesma proporção de alunos na EaD e no presencial ou com poucas variações na quantidade de matrículas entre essas modalidades. Identificamos também que um fator que contribuiu para o crescimento da EaD foi o período pandêmico vivenciado pelo mundo. Com a pandemia de coronavírus (COVID-19), a EaD ganhou destaque, muitos paradigmas foram quebrados em relação aos modelos de aula que não fosse “estar em sala de aula” de maneira física, além de que a pandemia proporcionou ainda mais o crescimento da utilização de múltiplas tecnologias na educação. (MORAN, 2000, 26). Em relação ao perfil dos estudantes do último ano do curso de Pedagogia da instituição pesquisada, identificou-se que 95% são mulheres, o que valida os dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020, quando demonstra que as mulheres são as que mais escolhem o curso de Pedagogia como formação profissional. Ainda sobre o perfil dos estudantes, 69% têm a faixa etária entre 27 e 35 anos, demonstrando que na instituição pesquisada a escolha pelo curso de Pedagogia se dá por pessoas mais maduras. O ingresso de 36% dos estudantes entrevistados se deu por meio de programas como o ENEM e PROUNI, além da maioria dos estudantes serem provenientes da escola pública. Em relação aos fatores que contribuem para a permanência dos estudantes no curso de Pedagogia na modalidade EaD, foi possível identificar que o principal fator que contribuiu para a permanência dos estudantes entrevistados foi a necessidade de ter uma formação superior que garanta facilidade de colocação no mercado de trabalho. Ainda é possível observar alguns fatores que também podem motivar a permanência dos estudantes no que tange às experiências vivenciadas por eles no decorrer do curso, como a melhoria na interação entre a instituição e os estudantes, a fim de estabelecer vínculos que estimulem o desejo de uma formação contínua na própria IES. A presença de docentes comprometidos e capacitados para lidarem com a educação a distância também é um fator que contribui para a permanência dos estudantes. Na pesquisa ainda foi possível evidenciar elogios ao grupo de professores da IES, mas também ficou evidente a dificuldade de promover a interação com os estudantes, devido a quantidade de estudantes por turma. Investimentos na melhoria da instituição e oferta de tecnologias digitais também surgem como um fator importante na permanência dos estudantes, mas ainda mais relevante que isso é a instituição conseguir oferecer acesso contínuo aos estudantes, bem como oferecer suporte aos estudantes de maneira que os utilizem como ferramentas de aproximação entre a instituição e os estudantes.

3. Conclusões:

É notório o crescimento da oferta de cursos na modalidade EaD, bem como o avanço das tecnologias para auxiliar esse modelo educacional, oferecendo qualidade e interação aos estudantes. O número de pessoas que optam por fazer um curso EaD, também tem crescido, porém o número de estudantes de cursos dessa modalidade que não concluem seus cursos também é grande. Cada vez mais as instituições precisam estar atentas aos fatores que contribuem para a permanência dos estudantes, criando políticas e programas educacionais que envolvam a gestão da instituição, a qualidade do curso, a prática docente e a dedicação do estudante, cada um de acordo com o seu papel de maneira integrada com o objetivo de gerar engajamento dos estudantes. Ainda é necessário que as instituições

2022



estejam atentas as expectativas dos estudantes, o apoio social e acadêmico, as questões relacionadas à aprendizagem, avaliação e *feedback*, o envolvimento acadêmico e as interações bem como as ações administrativas, configurando aqui o modelo integracionista elaborado por Santos (2020), no qual as figuras principais dessa integração são: estudantes, docentes e gestores e administrativo, propiciando assim o funcionamento da engrenagem da permanência estudantil.

Referências

- ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. CensoEAD.BR 2017/2018: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. São Paulo, 2020. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2019_PORTUGUES.pdf. Acesso em 19 set. 2021.
- ARETIO, Lorenzo García (2014). Bases, mediaciones y futuro de la educación a distância en la sociedad digital. Editorial Síntesis.
- BARDIN, Laurence (2010). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Publicada em 25 de junho de 2014. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada em 23 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Censo da Educação Superior de 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2020.
- BRASIL. Avaliação do PNE: 2004-2006. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 277 p. – (Série ação parlamentar; n. 351). file:///C:/Users/55389/Downloads/avaliacao_pne.pdf. Acesso em 16 fev. 2020.
- BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96. Brasília, 9 de janeiro de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 fev. 2020.
- BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011- 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19: Painel Coronavírus. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- LÉVY, Pierre (2011). A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola.
- MENDONÇA, Gilda Aquino de Araújo. As tecnologias na educação a distância. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/115.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- SANTOS Bettina Steren dos; DAVOGLIO, Tércia Rita; LETTNIN, Carla Da Conceição; SPAGNOLO, Carla; NASCIMENTO, Lorena Machado do. Educação superior: processos motivacionais estudantis para a evasão e a permanência. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 01 April 2017, Vol.33(1), pp.73-94. Disponível em: <seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/64630/41186>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.
- SANTOS, Pricila Kohls. Permanência na Educação Superior: desafios e perspectivas. Brasília: Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade, 2020.
- SANTOS, Pricila Kohls et al (2021). Educação, tecnologia e comunicação: reflexões teóricas e possibilidades práticas. Brasília: Editora JRG.
- TINTO, V (1997). Classrooms as communities: Exploring the educational character of student persistence. The Journal of Higher Education, v. 68, n.6.
- TINTO, V (1987). Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition. 2.^a ed. Chicago: The University of Chicago Press,

2022



TINTO, V. (1989). Definir la deserción: una cuestión de perspectiva. *Revista de Educación Superior*, v. 71.

TINTO, V. (1975). Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. *Review of educational research*.

TINTO, Vicent; Pusser, Brian (2006). *Moving From Theory to Action: Building a Model of Institutional Action for Student Success*. Virginia: University of Virginia. Disponível em: http://web.ewu.edu/groups/academicaffairs/IR/NPEC_5_Tinto_Pusser_Report.pdf. 15.Dez. 2020.

Gómez C., D. (2016). Articulação do Ensino Médio Técnico e Formação Tecnológica. *Congressos CLABES*, 0. Recuperado de <http://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1427>.

Nagel, P. C. (1992). *Sete gerações de uma família americana*. Nova Iorque: Oxford University Press.